

<b>Data:</b> 20/10/2020	<b>Local:</b> Realizada por videoconferência
<b>Início:</b> 14h00min.	<b>Término:</b> 16h30min
<b>Pauta:</b> 1. Verificação de quórum e abertura da sessão; 2. Aprovação da Ata da 2º Reunião Ordinária; 3. Análise e aprovação da Deliberação CBH RIO JUCU nº 005/2017 referente aos Critérios para a Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos Superficiais de sua área de abrangência. Processo E-Docs 2020- HC40N (Protocolo/SEAMA 012583/2017); 4. Apresentação para homologação do Processo Eleitoral da nova Composição de Membros da Diretoria do CBH Itaúnas/ES. Processo E-Docs 2020- 21KMS8; 5. Apresentação da Regulação do Uso da água no Espírito Santo. Agência Estadual de Recursos Hídricos/ AGERH; 6. Comunicado sobre a Prorrogação de mandato de diretoria dos CBHs em cumprimento a Resolução CERH Nº 003 de 23 junho de 2020. 7. Assuntos gerais; 8. Encerramento.	

3 **MEMBROS PRESENTES:**

- 4 • Conselheiro Titular - Fabio Ahnert e José Roberto Suplente (SEAMA)
- 5 • Conselheiro Suplente - Fabricio Zanzarini (SEAG)
- 6 • Conselheira Suplente - Barbara Alves Moraes Mesquita (SEDURB)
- 7 • Conselheira Suplente - Fernanda Furtado Orletti (SEDES)
- 8 • Conselheiro Suplente - Carlos Roberto Brandão Locatelli (SESA)
- 9 • Conselheiro Titular - Antônio Sérgio Ferreira Mendonça (UFES)
- 10 • Conselheiro Titular - André Romero da Silva (IFES)
- 11 • Conselheiro Titular - Sérgio Fantini (FINDES)
- 12 • Conselheiro Titular - Murilo Antônio Pedroni (FAES)
- 13 • Conselheira Titular - Maria Helena Alves (CESAN)
- 14 • Conselheiro titular - Jorge Vilchez Guerrero e José Luis Delai Junior Suplente (EDP-  
15 Espírito Santo)
- 16 • Conselheiro titular - André Luiz Labanca Rosas (FECOMÉRCIO)
- 17 • Conselheiro Titular - Mauricio Vieira Gomes (COLÔNIA DE PESCADORES – Z9)
- 18 • Conselheiro Titular - Rubens Puppim (SINDIROCHAS)



- 18 • Conselheiro Titular - Rubens Puppim (SINDIROCHAS)
- 19 • Conselheiro Titular - José Dalton Magalhães Cardoso (CBH JUCU)
- 20 • Conselheiro Titular - Sabrina Silva Zandonade (Consórcio Guandu)
- 21 • Conselheiro Titular - Élio de Castro Paulino e Roosevelt da Silva Fernandes Suplente (ONG
- 22 Sinhá Laurinha)
- 23 • Conselheira Titular - Ana Eloisa Sorrilha (ONG JUNTOS SOS ES AMBIENTAL)
- 24 • Conselheiro Suplente - Reginaldo Armelão (FETAES)
- 25 • Conselheiro Titular - Weriton Azevedo Soroldoni (CCBH Itabapoana)

26 **PONTO I - VERIFICAÇÃO DE QUORUM E ABERTURA DA SESSÃO:**

27 A Secretária Executiva do CERH Sr.<sup>a</sup> Cintia Cândido Matias Laures, saúda os Srs.  
28 Conselheiros e comunica a existência de quórum com 20 (vinte) instituições presentes, e  
29 informa que nesta reunião será presidida por ela conforme designação da  
30 CI/SEAMA/GS/Nº007/2020. Após passa-se para o próximo ponto de pauta;

31 **PONTO II – APROVAÇÃO DA ATA DA 2º REUNIÃO ORDINÁRIA.**

32 Ata aprovada com 01 (uma) abstenção (Consortio Rio Guandu).

33 **PONTO III – ANÁLISE E APROVAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CBH RIO JUCU N.º 005/2017,**  
34 **REFERENTE AOS CRITÉRIOS PARA OUTORGA DE DIREITO DE USO DOS RECURSOS**  
35 **HÍDRICOS SUPERFICIAIS DE SUA ÁREA DE ABRANGÊNCIA. PROCESSO E-DOCS 2020**  
36 **– HC40N (PROTOCOLO/SEAMA 012583/2017);**

37 A Presidente da reunião a Secretaria Executiva Sr.<sup>a</sup> Cintia Candido M. Laures passa a palavra  
38 para o Sr. José Dalton Magalhães Cardoso - Presidente do CBH JUCU, o mesmo faz a  
39 apresentação completa em (anexo), e informa que a deliberação do comitê da Bacia do Rio  
40 Jucu se fundamenta na Lei 10179 de 2014, onde no Art.12, estabelece que os planos de Bacia  
41 ou Região Hidrográfica deverão conter preferencialmente entre outros as prioridades e critérios  
42 gerais para outorga de direito de uso de recursos hídricos, o Art.26 diz que a concessão de  
43 outorga faz se atendendo aos critérios técnicos estabelecidos pela autoridade outorgante até  
44 que haja aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos ou dos Planos de Bacia ou região  
45 hidrográfica, no Art.61 diz que compete aos comitês aprovar os planos de Bacia ou Região  
46 Hidrográfica no Inciso I, no Inciso 9 submeter ao Conselho Estadual de recursos hídricos  
47 critérios específicos e prioridades de uso a serem observados na análise dos pedidos de  
48 outorga de direito de uso de recursos hídricos na sua área de abrangência, o comitê de Bacia  
49 do Rio Jucu ele trabalhou esse tema durante a confecção do plano de Bacia de Rio Jucu esses  
50 critérios de outorga já estava sugerido no seu termo de referência para execução desse plano,  
51 e o plano ele dividiu a Bacia Hidrográfica do Rio Jucu em cinco unidades de planejamento e  
52 também calculou as disponibilidades hídricas pela Q90% e estimou as demandas acumuladas  
53 juntos aos exutórios dessas unidades de planejamento, fez o balanço hídrico no ano de 2014  
54 a 2034, apresenta o mapa que estão representados as unidades de planejamento do alto Jucu,  
55 do médio Jucu que é a região do Braço Norte tem a região do Braço Sul, depois o Baixo Jucu  
56 e a região do Rio Formate Rio Marinho e a Região Costeira nesse quadro ver o balanço hídrico  
57 de 2014 onde na cor amarela e laranja é que estão as maiores demandas no Alto, Médio, no  
58 Braço Sul e no Baixo Jucu de modo geral a demanda está bem, agora tem algumas regiões  
59 como no Formate Marinho em que a demanda está ali próximo dos 50% da Q90% e também  
60 na região do Baixo Jucu próximo da Foz a construção da deliberação entre os objetivos analisar  
61 e registrar as decisões tomadas no plano de bacia em relação aos critérios de outorga e  
62 esclarecer a localização do percentual da Q90% destinado aos usos consultivos insignificantes  
63 (Deliberação CBH Rio Jucu N.º 05/16) o comitê contou com trabalho das equipes do Apoio  
64 Técnico de Outorga e Planejamento da AGERH, e também a participação das instituições  
65 membro do comitê ao longo de todo processo construtivo, resultados teve adoção das decisões  
66 do plano com pequena revisão nos percentuais máximos outorgáveis a partir de utilização de  
67 informações técnicas constantes no mesmo, a validação e adoção de outros critérios e  
68 procedimentos já utilizados e exigidos pelo órgão outorgante (AGERH) em suas análises e  
69 portarias de outorgas, a inclusão da necessidade do comitê ser ouvido quando da possibilidade  
70 de exceder o limite individual de outorga (Inciso III do Artigo 1º), inclusão da necessidade do

71 comitê ser ouvido quando da possibilidade de exceder o limite individual de outorga também a  
72 inclusão da necessidade o comitê ser consultado pelo órgão de gestor recursos hídricos e  
73 órgão licenciador quando da eventual intenção de adoção de vazões reduzidas inferiores aos  
74 percentuais estabelecidos para as vazões remanescentes, entre os critérios temos a adoção e  
75 consequentemente, manutenção do critério adotado pela AGERH da vazão de permanência  
76 da Q90% como a vazão de referência e disponibilidade hídrica, adoção de percentuais  
77 máximos outorgáveis distintos ao longo das unidades de planejamento, o percentual máximo  
78 outorgáveis essa percentagem exposta já inclui os 10% da Q90% destinado aos usos consultivos  
79 insignificantes que são dispensados de outorga, quadro acima tem Alto, Médio e Braço Sul  
80 tem 40% da Q90% com percentual máximo Outorgáveis e 60% com percentual máximo  
81 outorgável da vazão Q90% destinado destinados aos usos não consultivos da vazão  
82 remanescente aqui esses 10% já estão embutidos nesses 40% da Q90% que é o máximo  
83 outorgável o mesmo percentual para o Formate Marinho Costeira, sendo que no Baixo Jucu  
84 ficou 50% da Q90% com o máximo outorgável restando 50% para vazão remanescente, no  
85 próximo quadro tem os números das vazões a disponibilidade do alto, Médio e Baixo Jucu em  
86 mts cúbicos por segundo a vazão máximo outorgável na segunda coluna e a demanda  
87 estimada para os diversos trechos com seu percentual correspondente que se observa que no  
88 Baixo Jucu a vazão estimada que está próxima da vazão máxima outorgável em enquanto que  
89 nas demais unidades de planejamento ainda tem uma boa folga como mostra a última coluna  
90 da direita teve um resultado a garantia da preservação dos percentuais de vazão remanescente  
91 constante do quadro 1 ao longo das unidades para fins de manutenção dos ecossistemas  
92 aquáticos diluição de efluentes atendimentos a outros usos não consultivos, salvos em  
93 situações em que as vazões naturais observadas forem inferiores aos percentuais  
94 estabelecidos para vazão remanescente e eventualmente nos trechos de vazão reduzidas dos  
95 empreendimentos de geração de energia hidroelétrica, caso as vazões constatadas nos custos  
96 de água forem insuficientes para garantir as captações autorizadas e a manutenção das vazões  
97 remanescentes os setores usuários deverá iniciar imediato racionamento conforme  
98 estabelecido nas portarias de outorga outro ponto é que nos casos eventuais de vazões  
99 reduzidas inferiores aos percentuais de vazão renascentes o comitê deverá ser consultado  
100 previamente pelos os órgãos competentes, a atendimento a critérios de eficiência e economia,  
101 previamente sugeridos pelos diferentes usuários em decorrência da proximidade do alcance  
102 dos percentuais máximos outorgáveis, após apresentação o Sr. José Dalton Magalhães  
103 Cardoso – Presidente do CBH JUCU passa a palavra para a Presidente da reunião a Secretaria  
104 Executiva Sr.<sup>a</sup> Cintia Candido M. Laures, abre a plenária e se algum conselheiro vai fazer  
105 alguma consideração ou algum tipo de pergunta esclarece que os coordenadores técnicos e  
106 jurídicos estão presentes Sr. Eder Mendonça e a Sr.<sup>a</sup> Cintia Jacobsem que está aberta a  
107 plenária. O conselheiro Sr. Antônio Sérgio Ferreira/UFES faz a pergunta de cunho geral é no  
108 documento de enquadramento de plano de Bacia que estava prevista uma series de ações no  
109 primeiro ano da implementação do plano estudo e obras de redução de perda no sistema de  
110 abastecimento, informação e fomento para racionalização gostaria de saber como está o  
111 andamento se o ano um já está correndo para Bacia do Rio Jucu, o plano de ações. O Sr. José  
112 Dalton Magalhães Cardoso/CBH Jucu responde o plano já está em vigor embora atualmente o  
113 comitê ele tem uma câmara técnica para acompanhamento do plano em que já foram  
114 identificados várias ações que o comitê pode fazer não dependendo de recursos de cobrança  
115 entretanto o comitê ainda não tem a cobrança portanto não tem Agência de Bacia ele fica  
116 limitado para efetivação do plano. O Sr. Élio de Castro Paulino/ONG Sinhá Laurinha solicita a  
117 palavra faz umas pequenas observações sobre o assunto citando o nome Prof. Antônio Sérgio  
118 é difícil imaginar a execução de um documento do porte do plano de recursos hídricos da Bacia  
119 do Jucu sem obviamente uma opção da governança e sem os instrumentos previstos na  
120 legislação o documento do plano do Jucu já está vencendo o prazo da primeira revisão e se  
121 quer conseguiram colocar alguma coisa e em pratica porque o que está acontecendo no nosso  
122 Estado que estão brincando de Gestão de Recursos Hídricos, foi criado uma legislação  
123 nacional, uma legislação local definindo instrumento de gestão criando os comitês de Bacia  
124 hidrográfica talvez o Espírito Santo seja o Estado que tem maior cobertura por comitê de bacia  
125 hidrográfica na sua área territorial e tem comitê que já tem mais duas décadas o Jucu por  
126 exemplo já tem mais de uma década criado em 2007 é muito complicado imaginar aquele rol  
127 aquele cabedal de ações de curtíssimo prazos sendo executadas sem uma interferência se  
128 quer e concluindo a observação basta fazer um exercício de governança e gostaria de saber  
129 se há algum município da bacia hidrográfica do Rio Jucu ou se há alguma Secretaria do  
130 Estado que usa se quer os documentos que consta no documento do plano e acha que nenhum  
131 município considera o plano e nenhuma Secretaria de Estado considera as ações que tem no  
132 plano e a gestão de fato vai ficar comprometida e não conseguiram tirar o plano obviamente

133 do papel colocá-lo na prática para que a sociedade veja os resultados da governança e do  
134 papel que o comitê exerce na bacia e finalizando estão tratando da bacia hidrográfica mais  
135 importante do Estado do Espírito Santo porque ela abastece a região metropolitana inclusive a  
136 capital administrativa do Estado do Espírito Santo. Continua o Sr. José Dalton diz a importância  
137 de acompanhar e cobrar a implementação de ações e não apenas fazer o documento o plano  
138 estadual de recursos hídricos e não se avançar na medida do possível é como se tivesse jogado  
139 dinheiro fora, necessita acompanhar e apoiar para que a AGERH possa brigar por recursos  
140 para implementação dos planos e plano estadual se não estão perdendo tempo falando muito  
141 e pouco sendo feito. A Presidente da reunião passa a palavra para Sr. Fabio Ahnert fala que  
142 para contribuir no debate concorda com a preocupação que todos tem de tirar as ações e  
143 planos coloca-las em prática no sentido da execução diz que a SEAMA e diversas secretarias  
144 do governo do estado trabalham na linha pelo menos de esforçam para está alinhadas para  
145 que os planos de bacia estabelece esse não é esforço de uma, duas ou três secretarias é um  
146 esforço de um governo como todo e principalmente é um esforço da Gestões Municipais é  
147 muito forte o engajamento dos Municípios nesse processo de recuperação ou desenvolvimento  
148 das ações que estão previstas nos planos de bacia e cita duas ações que são comuns  
149 praticamente a todos os planos de bacias do estado do Espírito Santo uma ação é relacionada  
150 ao reflorestamento, o reflorestamento é um esforço hoje que é feito por parte do governo do  
151 estado mais não exclusivamente do governo do estado por meio do programa reflorestar, o  
152 programa reflorestar hoje não tem os números detalhados mais acho muito importante colocar  
153 nas listas de assunto a apresentar para o CERH, assim como será falado sobre regulação do  
154 uso da água, outorga prof. Antônio Sérgio lembrou de comentar sobre os planos de bacia o  
155 estágio de andamento dos planos de bacia aqui no estado e pode colocar uma apresentação  
156 do reflorestar também é muito importante ver a contribuição que o programa reflorestar está  
157 dando é claro que tem uma dificuldade de ganhar escala que diz a respeito do reflorestamento  
158 e não é só aqui no Espírito Santo é em todo Brasil há uma dificuldade um desafio enorme mais  
159 há uma contribuição no sentido do reflorestamento por parte do governo do estado os  
160 investimentos de saneamento também são ações importantes que sempre integram nos  
161 planos de bacia e vale a pena colocar assim como reflorestar como uma apresentação dos  
162 investimentos do saneamento que a CESAN tem realizado inclusive por meio do Programa  
163 Águas e Paisagens e os avanços que tem tido na componente do saneamento, todos os  
164 municípios não estão solucionados ainda existem desafios enormes que diz a respeito ao  
165 saneamento inclusive tem que iniciar também uma reflexão sobre o novo marco do  
166 saneamento, o marco de saneamento é uma realidade que atribui responsabilidades e  
167 atribuições por sistema de gestão de recursos hídricos é importante colocar que apesar das  
168 existências dos planos de bacia e apesar de uma dificuldade de quantificar e monitorar o  
169 desenvolvimento das ações algumas ações já estão acontecendo só que elas precisam ser  
170 contabilizadas é importante iniciar essa espécie de contabilização dessas ações no âmbito das  
171 ações que estão previstas nos planos de bacia e concorda que há muitos desafios a ser  
172 vencidos e também coloca para o conselho refletir que tem algumas ações existem  
173 imperfeições e necessidades de atualização nos planos de bacia existem todo engajamento e  
174 esforço por parte principalmente da AGERH e dos órgãos mais diretamente envolvidos para  
175 fazer com que os principais indicadores de qualidade e da saúde na bacia como um todo sejam  
176 melhorados esse é um desafio complexo não é só o Espírito Santo que vive essa realidade  
177 alguns estados brasileiros tem um pouco mais de avanço pela robustez de seu sistema de  
178 gestão de recursos hídricos mais alguns desafios está aqui é para encarar e vencer eles tem  
179 uma ferramenta hoje que são os manuais operativos dos planos de bacia diz que Monica vai  
180 falar um pouco mais um pouco sobre eles no final e são ferramentas que foram desenvolvidas  
181 da Agência Nacional de Águas que ajudam a colocar numa dinâmica de projetização a  
182 quantificação e o monitoramento de marco críticos, indicadores e metas relacionadas as ações  
183 que estão nos planos, não quer dizer que estão a mil maravilhas mais quer dizer que não estão  
184 no caos total algumas ações tem acontecido elas precisam ser quantificadas e enxergadas  
185 pelo sistema de gestão de recursos hídricos para que consiga saber em qual nível e qual  
186 estágio de alcance de metas que se encontra talvez não esteja no estágio que gostaria de esta  
187 mais a visualização disso é muito importante para canalizar e mobilizar esforços necessários  
188 essa foi a contribuição e finalizou. O Sr. Élio Castro/ONG Sinhá Laurinha continua com a  
189 palavra ele acha citando o nome do Sr. Fábio Ahnert e o Sr. Prof. Antônio Sérgio que o indicador  
190 do Jucu é se ele mesmo ficar quinze dias sem chover estão falando de uma bacia hidrográfica  
191 no Alto Jucu ela tem atividade agrícola que usa grande volume de água e aqui embaixo tem  
192 que mandar água para mais de um milhão e setecentos mil pessoas é um desafio um conflito  
193 de governança esse desafio coloca o estado do espirito santo para abraçar esse rio e fazer  
194 governança conforme a legislação determina o que precisa na Bacia Jucu e colocar a roda

195 para rodar tem plano, tem o comitê criado, tem enquadramento feito e não tem o coração do  
196 sistema que é a cobrança pelo uso da água e esse governo também tem medo de discutir isso  
197 como o outro passado teve todos tem medo de discutir cobrança pelo uso da água e que  
198 acontece que não avança dias atrás antes de começar esse reflexo de água embaixo já estava  
199 chegando muito pouca água é assim na Bacia Jucu o rio se está chovendo está tudo tranquilo  
200 se não está chovendo é problema certo e se chove muito o problema é pelo excesso e tem  
201 sempre colocado nas suas participações no conselho e no comitê nas bacias hidrográficas é  
202 que precisa fazer o sistema rodar a nossa política estadual é de 1998 foi definido em 1998 e  
203 até hoje não conseguiu essa deliberação que está sendo aprovada e se observar a data em  
204 que foi aprovada pela plenária somente agora ela foi pautada essas questões de avançar na  
205 implementação plena da governança pelo comitê nas suas respectivas bacia hidrográfica ela  
206 não encontra eco no governo não é papel do governo implantar cobrança é papel do comitê  
207 mais o governo poder público tem perna dentro do comitê os usuários tem perna dentro do  
208 comitê essa questão precisa ser prioridade e conclui que sempre disse para as pessoas que  
209 estão no governo abraça o Rio Jucu abraça a causa do Rio Jucu faça do Rio Jucu um modelo  
210 de governança porque é a bacia mais importante do estado e se puder que imagina que não  
211 seja difícil de fazer a governança nessa bacia hidrográfica é só mesmo uma questão de opção  
212 política é decidir, implantar o sistema a legislação toda na assembleia legislativa fica os  
213 deputados mexendo na legislação alterando e criando, já foi aprovado na assembleia legislativa  
214 alteração entrando de competência de comitê de bacia hidrográfica agora tem outro projeto  
215 não anda com a gestão o que acontece abre espaço para as pessoas que querem minar o  
216 sistema finaliza e agradece. O Sr. Fábio Ahnert discorda quando ele coloca que o governo tem  
217 medo de enfrentar cobrança pelo menos nesse governo não é verdade, estão avançando na  
218 pauta do conselho preparou internamente AGERH para o processo de cobrança este assunto  
219 já foi encaminhado no âmbito da câmara de assuntos econômicos está indo para a câmara de  
220 CTIL institucional legal em breve ele vai está apto a ser levado para plenário do conselho  
221 estadual de recursos hídricos, discorda totalmente da fala do Sr. Elio Castro/ONG Sinhá  
222 Laurinha quando diz que o governo tem medo de debater cobrança e pelo contrário estão  
223 resgatando está pauta que estava parada e colocando ela para andar esse é um ponto, o  
224 segundo fazer a roda girar esse discurso pessimista não ajuda em nada e tem uma política que  
225 prevê instrumento de gestão a discursão apesar de ter uma defasagem de data prova que um  
226 projeto de gestão está girando não só na Bacia do Rio Jucu mais em todo o estado do Espírito  
227 Santo a regulação pelo uso de água pelo meio de outorga é um instrumento de gestão o plano  
228 de bacia mesmo desatualizado precisa ser dinamizado sempre reforçado pela suas ações é  
229 um instrumento de ações de gestão que existe o enquadramento é outro instrumento de gestão  
230 que existe o sistema de informação de recursos hídricos é um instrumento de gestão que  
231 AGERH está procurando desenvolver e tirar da gaveta agora a cobrança pelo uso da água de  
232 fato é um tema polêmico está enfrentando ele está tramitando no CERH em breve ele vai para  
233 plenária do conselho estadual de recursos hídricos e fala que tem que ter sempre uma atenção  
234 enorme um esforço constante e grande para fazer a gestão cada vez ser melhor mais o discurso  
235 que estamos em uma terra arrasada e nada aconteceu não pode concordar, dentro das  
236 possibilidades do estado das dificuldades que tem as estruturas de funcionamento dos comitês  
237 conseguiram alguns passos a roda girar pelo entendimento é fazer os instrumentos de gestão  
238 estarem funcionando e boa parte deles estão funcionando não só na Bacia do Rio Jucu como  
239 nas outras bacias do estado, precisa de aperfeiçoamento é o que se está buscando  
240 aperfeiçoando na regulação aperfeiçoando os mecanismos de outorgas vai ser trabalhado  
241 agora no final da reunião se ficar com o discurso pessimista será difícil o sistema de gestão  
242 avançar, diz e da parte da CERH que o esforço é total e pleno para trabalhar qualquer  
243 instrumento de gestão não tem cobrança ainda mais terá em breve e finaliza. A presidente  
244 Secretaria Executiva Sr. Cintia Candido M. Laures pergunta se tem alguém para fazer alguma  
245 pergunta. O Sr. Elio Castro/ONG Sinhá Laurinha diz a Sr. Fábio Ahnert que não é discurso  
246 pessimista e sim discurso realista, que não concordância quando se refere que é tem que rodar  
247 o sistema é para o sistema completar. O Sr. Fábio Ahnert pergunta para definir o que é rodar o  
248 sistema, completar como, Sr. Elio Castro fala que é implantar cobrança e fazer a governança,  
249 Sr. Fábio Ahnert diz que a cobrança é um deles, o Sr. Elio Castro diz que o mais importante  
250 instrumento de gestão é a cobrança, conceito de governança e conceito de recursos hídricos  
251 o sistema não vai funcionar, quando ele se refere rodar é se completar o sistema está em 2020  
252 e em 2017 a deliberação da cobrança estava aprovada e em três anos depois e esses  
253 documentos não chegaram ainda no plenário, Sr. Fábio Ahnert pergunta se a cobrança  
254 funciona por si só o mesmo responde para a cobrança funcionar precisa de ter um sistema  
255 regulação funcionando é o que está implantado hoje, precisa de um bom sistema de  
256 monitoramento, precisa da legislação e das deliberações dos comitês diz ao Sr. Elio Castro

257 que concorda que a cobrança é um mecanismo importante mais ele por si só não vai resolver  
258 todos os problemas e pergunta qual é a capacidade arrecadatória da cobrança da bacia do Rio  
259 Jucu, Sr. Élio Castro diz que o Comitê do Jucu tem treze anos de existência e se 2007 tivesse  
260 criado o comitê, criado os instrumentos, discutido a implantação da cobrança e se chegaria a  
261 um valor de arrecadação se fosse cinco milhões de reais ano sendo multiplicado por uma  
262 década quanto ações pequenas no Alto Jucu, no Médio Jucu que poderiam sido executadas  
263 com cinco milhões ano multiplicado por uma década e que a cobrança não resolve o problema  
264 da bacia só querem fazer governança dos conflitos que tem na bacia e que não tem solução,  
265 no Jucu a barragem está na justiça, a represa está na justiça, o barramento está na justiça  
266 questionando tem muitas questões na bacia que o comitê precisa fazer essa governança  
267 porque deram essa competência para o comitê e não consegue fazer andar diz se a cobrança  
268 não resolve muda o sistema todo. O Sr. Prof. Antônio Sérgio/UFES na colocação dele que não  
269 se refere só a Bacia do Jucu mais todas as bacias do estado nos planos de bacia tem o ano  
270 um uma estimativa de recursos para serem utilizados para diversas ações enquanto a cobrança  
271 não chega precisa buscar esse recurso para começar para dar continuidade se não avança  
272 nesse processo, o plano serve como uma sistematização das ações dividindo em dez anos,  
273 vinte anos da solução do problema colocar um marco zero em função dessas ações para ter  
274 uma prioridade, inclusive com a cobrança para que possa o sistema andar e iniciar a  
275 recuperação das bacias, aprovado por unanimidade Deliberação CBH Rio Jucu n.º 005/2017,  
276 referente aos critérios para outorga de direito de uso dos recursos hídricos superficiais de sua  
277 área de abrangência. Após passa-se para o próximo ponto de pauta.

278 **PONTO IV - APRESENTAÇÃO PARA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO**  
279 **ELEITORAL DA NOVA COMPOSIÇÃO DE MEMBROS DA DIRETORIA DO CBH**  
280 **ITAÚNAS/ES. PROCESSO E-DOCS 2020- 21KMS8;**

281 A Presidente Secretaria Executiva Sr.ª Cintia Candido M. Laures informa que não chegou  
282 ninguém do CBH Itaúnas confirmaram presença mais não se encontram no plenário  
283 virtual será projetado o que foi encaminhado pelo comitê de bacia a nova diretoria do  
284 comitê para o biênio foi solicitado pela coordenação técnica o encaminhamento a  
285 plenária, teve análise jurídica que todos receberam depois houve uma solicitação da  
286 coordenação técnica em relação alguns documentos comprobatórios desse processo  
287 que aconteceu no CBH e houve uma complementação de documentação, vai colocar  
288 a nova composição da nova diretoria para facilitar CBH de Itaúnas não está presente  
289 para relatar como foi feito, pergunta se algum conselheiro quer fazer alguma pergunta  
290 ou contribuição, ninguém se manifesta aprovado por unanimidade apresentação, Após  
291 passa-se para o próximo ponto de pauta.

292 **PONTO V - APRESENTAÇÃO DA REGULAÇÃO DO USO DA ÁGUA NO ESPÍRITO**  
293 **SANTO. AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS/ AGERH;**

294 A Presidente Secretaria Executiva Sr.ª Cintia Candido M. Laures, passa a palavra para Sr.  
295 Fábio Ahnert e a equipe técnica Eduardo Loyola e Tiago Gusmão vai fazer apresentação, Sr.  
296 Eduardo Loyola agradece a Secretaria Executiva Sr.ª Cintia Candido (CERH) e os demais  
297 membros do conselho oferece apoio, Sr. Tiago Gusmão começa apresentação fala que colocou  
298 de forma mais didática possível as questões relacionadas os trabalhos desenvolvidos na  
299 AGERH a nível de gerência de regulação de forma separada o que cada coordenação faz, a  
300 gerência é composta por três coordenações Sr. Eduardo Loyola que está a frente da gerencia,  
301 coordenação de usos múltiplos que ele está como coordenador, área de irrigação representado  
302 pelo Sr. Felipe Dutra e a parte de água subterrâneas Sr. Anderson Gomes foi colocado de  
303 forma direta o que fazem na AGERH a nível de todo esforço da parte de gestão e regulação  
304 de recursos hídricos, objetivo da outorga 1- Promover o controle quantitativo e qualitativo do  
305 uso da água é um desafio tanto da parte de quantidade e qualidade; 2 - Possibilitar distribuição  
306 mais justa e equilibrada dentro daqueles usos tão discutidos chamados usos preponderantes;  
307 3 - Garantir o efetivo exercício dos direitos de acesso à água por parte dos usuários  
308 interessados que fazem parte daquela bacia; 4 - Instrumento importante para minimizar  
309 conflitos entre usuários os conflitos sempre vai existir em determinadas áreas e todos os  
310 esforços são para minimizar e criar justiça em relação a esses usuários da água; 5 - Antes da  
311 implantação, ampliação e alteração de qualquer empreendimento ou atividade que demande  
312 uso de água superficial ou subterrânea, bem como a execução de obras ou serviços que  
313 alterem o seu regime, quantidade e qualidade, a sociedade tem no site e sempre estão de  
314 portas abertas orientando todas essas questões, nem sempre é de pleno conhecimento de  
315 todos; 6 – Os empreendimentos já instalados também devem ser regularizados quanto à

317 outorga a quem solicitar outorga domínio do estado do Espírito Santo AGERH e as águas de  
318 domínio da união é a ANA, a equipe de trabalho está estruturada da gerência de regulação  
319 através de três coordenações a COUIR especificamente faz parte de irrigação é um desafio  
320 muito grande em relação a uma tipologia entretanto uma quantidade muito grande é a grande  
321 maioria em relação a essa gestão é um desafio muito grande, COUMU que é a coordenação  
322 de uso múltiplos o desafio não está na quantidade de processo e requerimento mais está em  
323 várias tipologia existentes com complexidade que cada tipologia, tem COSUB começaram todo  
324 esse movimento em relação a água subterrânea já no estado do Espírito Santo o Anderson  
325 está trabalhando com muitas frentes em relação a isso, usos e interferências sujeitos a outorga,  
326 captação, barragens, lançamento de efluentes, aproveitamento hidrelétricos, captação de  
327 águas subterrâneas, análise de processos de outorga – uso racional da água é um desafio para  
328 com uso racional pelo nível de captação inerente ao lançamento todas as questões técnicas  
329 relacionadas ao uso racional é um desafio e para conseguir fazer de forma plena precisa uma  
330 organização de gestão para tomar as melhores decisões, apresenta percentual de  
331 coordenação de usos múltiplos gráfico na forma de pizza para entender melhor a tipologia,  
332 lançamento de efluentes, dessedentação animal, aquicultura, abastecimento industrial, reserva  
333 hídrica, abastecimento humano são as tipologias que a COUMU trabalha cada um tipo dessas  
334 tipologias são análises técnicas específicas tem que ter conhecimentos específicos inclusive  
335 são contextos distintos principalmente por exemplo quando se trabalha com abastecimento  
336 humano ou lançamento de rede pública por exemplo de étis todo contexto que se insere dentro  
337 desse sistema são vários contextos que essa coordenação tem que trabalhar por conta de  
338 tipologias diversas e distintas, levantamento das portarias de outorga emitidas 2020 não fechou  
339 ainda, teve outros adventos durante esse ano, terá esse número mais para o final do ano, ao  
340 longo desde de 2007 levantamento das portarias emitidas de outorga em relação a todas as  
341 coordenações um ponto específico importante nessa discursão principalmente em relação ao  
342 lançamento captação dentro da coordenação de usos múltiplos a garantia da vazão tem que  
343 permanecer no rio tem os parâmetros conservativos e não conservativos, conservativos se dilui  
344 e não conservativos vai se degradando ao longo do tempo e nessa perspectiva que trabalham  
345 com relação ao rio existe o uso relacionado a parte de jurisdição aquilo que tem que ser lançado  
346 e captado garantir parte dessa vazão 50% esteja ao longo do recurso hídrico finalizando a parte  
347 da COUMU recentemente fizeram IN AGERH 06/2020 - Estabelece procedimentos e critérios  
348 técnicos referentes à outorga para lançamento de efluentes com fins de diluição em recursos  
349 hídricos superficiais de domínio do Estado do Espírito Santo ele veio já alterando, adaptando,  
350 atualizando várias frentes de uma IN/IEMA desde de 2007 já está disponível e mais completa  
351 foi utilizada da resolução do CERH 02 no qual foi compatibilizado essas questões para criar  
352 esses procedimentos em relação a gestão e análise de processos, passa a fala para Sr. Felipe  
353 da coordenação de usos na irrigação (COUIR) em nome do coordenador apresenta os  
354 trabalhos desenvolvidos na coordenação de irrigação atualmente em março de 2020 instituíram  
355 o sistema online de requerimento de outorga para irrigação antes eram processos feito por  
356 papel, agora o irrigante pode fazer seu requerimento de outorga da própria casa no computador  
357 está bem visível na página inicial da AGERH por enquanto está só disponível para o irrigante  
358 esse sistema online feito um levantamento desde de março de 2020 destes processo já digitais  
359 foram (1815) mil oitocentos e quinze requerimentos de outorga para irrigação dos quais (789)  
360 setecentos e oitenta e nove são captação direta e (1026) mil e vinte e seis são captação em  
361 barramento outro dado é o que está concluído a partir que entra com requerimento de outorga  
362 é feito uma pré análise dessas informações que são prestadas no requerimento online tem uma  
363 equipe responsável para fazer a pré análise desses (1815) mil oitocentos e quinze (1414) mil  
364 quatrocentos e quatorze foram transformados em processos, concluídos e emitida declaração  
365 de uso a diferença dos 1815 e 1414 de alguns processos que houve desistências ou algumas  
366 em incongruências a pessoa pede uma outorga onde não tem recursos hídricos cadastrados  
367 precisa fazer alguns ajustes para formalizar esse processo de outorga outra atualização de  
368 outorga para usos na irrigação foi uma atualização da normativa até esse ano era usado a  
369 normativa IN IEMA 019/2005 atualmente em agosto passou a ser uma normativa própria IN  
370 AGERH 007/2020, diretrizes gerais da coordenação a estratégia que a equipe está adotando  
371 transformar todos os processos que tem atualmente em processos digitais tem o levantamento  
372 são quatro fontes ao longo desses anos de implementação de outorga que já existe no estado  
373 desde de 2005, teve quatro fontes de entrada de processo os processos SEP que são os  
374 processos físicos de papel aproximadamente vinte mil na transformação que começou em  
375 agosto apenas 0,1% concluídos essas transferências dos processos para processo digitais  
376 outra entrada de processo foi pelo sistema LECOM foram feitos impostos avançados ao longo  
377 de 2017, 2018 foram 5407 processos de outorga estão sendo transferidos para o e-docs que a  
378 ferramenta utilizada pelo governo atualmente e desde de agosto conseguiram fazer essa

379 transição de 8% outra fonte de entrada de processo são os Certificados de regularidade nos  
380 comitês que foram 2418 esse foi desenvolvido junto um projeto em parceria com a FAPES  
381 ainda não começaram a transferência para e-docs e o Sistema de Outorga que começou em  
382 março já estão todos no sistema e-docs são aproximadamente 15-20 processos por dia de  
383 irrigação e a meta da equipe é um prazo breve tenha todos esses processos reunidos na  
384 mesma plataforma para que consiga fazer as análises sem ter que acessar esses diversos  
385 bancos de dados diferentes para agilizar a análise atualmente são 2171 processos de outorga  
386 de irrigação no e-docs nessa meta de tramitação 100% e-docs vai facilitar a localização do  
387 processo todos estarão na rede e na própria tramitação não será tramitação por papel e outra  
388 característica é a questão economia de papel para cada um desses processos cada parecer  
389 de análise tem aproximadamente 18 páginas a estratégia da COUIR a partir desse ano de 2020  
390 ver ao longo dos anos avançando tanto na questão de software para melhoria na agilidade da  
391 análise e software para melhoria na agilidade da organização administrativa desses processos  
392 a partir de 2020 começaram fazer análise por bacia e adotou a estratégia de começar por bacia  
393 em que a demanda seja um pouco mais tranquila de ser analisada e posteriormente chegar  
394 nas mais complexas atualmente começou do Sul para o Norte a bacia hidrográfica do  
395 Itabapoana 100% analisada atualmente para emitir as portarias de outorga estão apenas  
396 aguardando manifestação do IEMA com relação de alguns usos que existem dentro de zona  
397 de amortecimento de unidade de conservação de administração do IEMA e a próxima bacia a  
398 ser analisada é a do Itapemirim que já tem 78% de todos os processos já estão no sistema e-  
399 docs já estão com duas frentes, a frente análise de processos e a frente de organização desses  
400 processos administrativos que atualmente tem quatro bancos de dados diferentes a ideia é  
401 organizar esse banco de dados uma das frentes e a outra frente trabalha com análise dos  
402 processos, essa distribuição de processos de outorga, requerimento de outorga com finalidade  
403 de uso foi feito esse levantamento atualmente 94% dos processos de outorga existente é de  
404 irrigação é o maior uso em termos números de processos e as porcentagens dos outros  
405 abastecimento industrial 1%, aquicultura está 0% feito por arredondamento, aproveitamento  
406 hidroelétrico também, abastecimento humano 1% e outras 4% dentro desses outras tem  
407 dessedentação de animais, diluição efluentes e outras finalidades que normalmente são  
408 processos que tem mais de uma finalidade eles acabam entrando como outras finalidades,  
409 Anderson coordenador de usos de Água Subterrânea (COSUB) vai falar do trabalho da  
410 coordenação COSUB a regularização desses usos um pouco do histórico e legislação desde  
411 de 2000 tem a lei n.º 9.265/2000 que dispõe sobre a administração, proteção e conservação  
412 das águas subterrâneas do domínio do estado e dá outras providências ela foi um macro no  
413 estado que trata diretamente e exclusivamente de água subterrânea depois disso teve em 2015  
414 a resolução do CERH como se fosse um cadastramento de uso de água subterrânea do Estado  
415 do espírito santo e através desse cadastramento instituiu a regularização dos usos de água  
416 subterrânea a além disso proibiu a regularização de consumo humano em área urbana, a  
417 finalidade de consumo humano em área urbana e aonde tem a rede de abastecimento de  
418 concessionária esse cadastro essa regularização por cadastro não pode ser feita a AGERH  
419 não faz esse tipo de regularização, depois da resolução CERH publicou a IN n.º 007/2016  
420 esteve vigente até o ano passado onde ela instituiu os procedimentos e critérios de  
421 requerimento e obtenção da declaração de uso de água subterrânea regularizando os usos  
422 existentes a possibilidade aberta pela resolução do CERH a AGERH instituiu o cadastro CEAS  
423 pelo meio do qual é emitida a declaração que regulariza esses usos até que se tenha o  
424 instrumento de outorga implantado logo depois vem IN AGERH n.º 002/2017 que instituiu os  
425 critérios e procedimentos de outorga para usos de água subterrâneo do estado ela foi revogada  
426 recentemente pela 002/2019 tendo em vista que nunca entrou em vigor teve sempre um  
427 resolução uma instrução normativa da AGERH foi prorrogando que foi prorrogando o início de  
428 sua implementação devido os aspectos técnicos sempre teve pedido do setor irrigante para  
429 que fosse postergada essa implantação de outorga e por fim acabou revogando estão  
430 trabalhando em uma nova instrução na implantação no instrumento de outorga para todos os  
431 usos em 2017 na 005/2017 instituiu os procedimentos de outorga de grandes usuários e de  
432 grande captações superior a 13 L/S por segundo os usuários que tem uma vazão instantânea  
433 acima desse valor ou uma somatória de posse de captações que suplante esse valor estão  
434 sujeitos aos procedimentos de outorga os que estão abaixo de desse valor continua a serem  
435 regularizados pela declaração do cadastro no ano foi publicado a 002/2019 na mesma linha da  
436 antiga 001 com as modificações na questão da declaração foi mantido o cadastro é auto  
437 declaratório e a declaração é o instrumento precário que AGERH emite para comprovar a  
438 regularização do uso de água subterrânea os dados de declaração enviados concedidas em  
439 2016 foram 106 é um instrumento auto declaratório foi no início em 2016 AGERH fez uma  
440 campanha no estado os técnicos visitaram vários municípios divulgando propagando a

441 importância desse cadastro para que conhecessem os usuários a partir dos conhecimentos  
442 dos usuários começar a traçar uma política, os critérios para implantação da outorga em 2016  
443 foram 106, em 2017 foram 450, em 2018 1282, em 2019 foram 791, em 2020 foram 948  
444 declarações até o momento, os processos de outorga os grandes usuários que chama acima  
445 de 3/S hoje tem 9 processos em tramitação corresponde a 36 poços de captação, 02 foram  
446 outorgados em 2017 e um outorga em 2020, as declarações os usos regularizados de 2016 a  
447 2020 tem aproximadamente 3 mil postos usos regularizados no estado, nove processos de  
448 outorga estão concentrados nas captações nas 36 captações Cadastro Estadual – CEAS está  
449 regido pelo IN AGERH 002/2019 o prazo para cadastramento foi prorrogado por causa da  
450 pandemia até 31/08/2021 é um formulário em excel está disponível no site da AGERH para  
451 download auto declaratório serve apenas para captação ativas o usuário que está realizando  
452 a captação e pretende regularizar este uso da água estando abaixo de 13/s de vazão de  
453 captação vai se regularizar por este instrumento e os postos de monitoramento além de  
454 captação de nascentes de até vazão de 0,5 L/s é feito o preenchimento desse formulário  
455 enviado por e-mail com a documentação, não gera número de protocolo o serviço é totalmente  
456 gratuito, análise de consistência de dados e localização, não regulariza em área urbana com  
457 rede para finalidade de consumo humano e a declaração posteriormente após essas análise  
458 de consistência identificando que se está tudo ok enviada por e-mail em arquivo pdf para o  
459 usuário que requereu, a declaração anteriormente pela IN AGERH 001/2016 tinha para um  
460 prazo de um ano com alteração para IN AGERH 002/2019 o prazo se estendeu para 3 anos,  
461 sendo que as declarações que venceram após agosto de 2019 tiveram seu prazo prorrogado  
462 por mais 3 anos, requerimento de outorga é regida pela IN de 05/2017, a norma de  
463 procedimento publicada pela IN 10/2018 precisa de revisão e atualização, tendo em vista as  
464 alterações pelo modo de entrada dos requerimentos era de forma física agora eletrônica essa  
465 forma de regularização é somente captação instantânea superior a 13/s ou quando a soma de  
466 captações no raio de 100 m atinge esse valor procedimento tradicional foi substituído por e-  
467 mail e conversão do requerimento para e-docs (ambiente virtual) os formulários de outorga  
468 estão disponível no site formulários em formato excel e transformado em pdf para regularização  
469 para finalidade de consumo humano em área urbana para os casos que se enquadram em  
470 outorga mostra no site da AGERH para abrir os formulários, autorização emitidas declarações  
471 estão disponível no site, requerimento de outorga e documentação finalizou apresentação, a  
472 Presidente Secretaria Executiva Sr.<sup>a</sup> Cintia Candido abre para plenária para perguntas Sr.<sup>a</sup>  
473 Maria Helena/CESAN pergunta a equipe que trabalha com outorga qual a perspectiva de  
474 trabalhar com outorga sazonal ela fala que tem alguns balneário em Guarapari que a  
475 necessidade de água para abastecer a população é na época de verão quando tem o fluxo  
476 turístico dobra o número de pessoas os temporários e os que residem em Guarapari é uma  
477 época que tem mais água no rio por ser época de chuva sem necessidade de interferência de  
478 fazer obra se a AGERH implantar como foi pedido pela CESAN se ela investir em estudo para  
479 implantar de outorga sazonal possibilita que possa abastecer a população flutuante de  
480 Guarapari com a própria vazão do rio sem outros custos desnecessário Sr. Eduardo Loyola  
481 responde não tem nenhum impedimento para trabalhar com outorga sazonal é uma questão  
482 que vai ter que avaliar caso a caso pontualmente pela limitação estrutural de sistema que o  
483 sistema de controle de balanço hídrico ele permite fazer a análise sazonal mês a mês porem  
484 ela não está programado para tal precisa ser avaliado não impedimento nenhum para fazer  
485 essa avaliação Sr. André Luiz Labanca/ FECOMERCIO faz pergunta ao Sr. Anderson a  
486 regularização de poços em área urbana qual o instrumento que tinha que rever essa regra,  
487 proibição que teve poços que foram perfurados na década de 80 e 90 não tinha legislação  
488 nenhuma como vai regularizar hoje, Sr. Anderson responde o instrumento que proíbe é uma  
489 resolução do CERH de 2015 ela proíbe que faça essa regularização pelo instrumento de  
490 cadastro, hoje tem emissão da declaração que é um instrumento que regulariza mais é precário  
491 e optou para colocar essa proibição de forma conservadora, quando fez a IN 005/2017 que é  
492 outorga para grande usuário dentro dessa instrução abre a possibilidade de fazer a  
493 regularização desses usos em área urbana lá dentro existe critérios várias regras que permite  
494 que isso seja possível dentre elas tratamento dessa água do cumprimento dos parâmetros de  
495 contabilidade são vários critérios que se atendido permite que esse uso seja regularizado pela  
496 outorga para o bem dos usuários na nova lei de saneamento coloca a possibilidade de uso de  
497 poço para atividades não comerciais para residência a lei de saneamento não permite que se  
498 tenha a possibilidade de uso alternativo ela colocou agora para usos comerciais e condomínios  
499 antes não tinha essa restrição desde que não se tenha como finalidade consumo humano  
500 qualquer outra finalidade regulariza estando em área urbana pelo cadastro pelo CEAS pela  
501 outorga se atender os critério que estão na IN é possível Sra. Maria Helena/CESAN acrescenta  
502 tem a política nacional de saneamento e foi criada a política Estadual de saneamento tem um

503 artigo por setor setoriais, existe um artigo onde existe rede disponível não deve ser utilizado  
504 abertura de poços como isso a nível de estado casa o que diz AGERH não deve utilizar a rede  
505 pública e o poço para abastecimento humano é ilegal pergunta Sr. Antônio Sérgio quanto maior  
506 conhecimento a respeito da disponibilidade hídrica de quantidade e qualidade mais realista é  
507 a decisão a respeito de outorga tem sido feito ampliação da rede de monitoramento de  
508 qualidade de água e se está sendo pensado algum estudo geofísico para definição de  
509 disponibilidade de água subterrânea para subsidiar os estudos de outorga e se a questão da  
510 regionalização estão sendo feito a previsão de atualização como está avançando nessa  
511 questão de dados para subsidiar decisões de outorga, Sr. Eduardo fala sobre estudos de  
512 regionalização entende que passar por uma atualização e já estão conversando internamente  
513 para montar um termo de referência e fazer um novo estudo de regionalização no estado pela  
514 tomada de decisão para emissão das outorgas de águas superficiais já pensando aonde buscar  
515 recursos irão montar o termo de referência elaborar e contratar o novo estudo de regionalização  
516 para o estado passa a fala para Sr. Anderson quanto a questão da geofísica e estudos para  
517 água subterrânea hoje o processo de outorga o alvo são os empreendimentos de grande vazão  
518 exige uma quantidade de estudos maior teste de bombeamento, modelagem tem todos esses  
519 critérios entende que é possível de ser apresentado para fazer essa análise hoje basicamente  
520 se baseia para outorgar nos teste de bombeamento realizado e nessas modelagens que são  
521 apresentadas nos demais usos não tem os critérios existe essa dificuldade de não conhecer  
522 totalmente e aplicar um critério que não esteja o mais adequado o estado hoje está preparando  
523 já está em andamento a possibilidade de fazer uma contatação para que seja realizado um  
524 estudo hidrológico do estado o mapeamento com a delimitação e as indicações das reservas  
525 águas subterrâneas que tem no estado estão trabalhando no termo referencia estão  
526 encaminhando para que haja a contratação e que tenha o quanto antes estudos com todo esse  
527 detalhamento e assim vai ter uma aplicação melhor e critérios mais realístico para fazer essa  
528 outorga. O Sr. Tiago complementação em relação a rede de monitoramento tem a coordenação  
529 na AGERH especifica alguns anos atrás AGERH se inseriu no programa ANA chamado rede  
530 nacional de qualidade da água inseriu vários pontos de monitoramento daqueles que tinham  
531 desde de 2009 e 2010 depois de 2010 teve acréscimo inclemente de vários pontos de  
532 monitoramento e recentemente alguns recursos que veio da ANA e alguns projetos que ANA  
533 tem no estado na área de gestão nacional das águas que o espirito santo está envolvido como  
534 monitoramento quantitativo de algumas estações fixas em relação monitoramento de vazão de  
535 alguns cursos hídricos a nível de AGERH tem uma coordenação que teve esse inclemente de  
536 monitoramento, o monitoramento qualitativo e a vazão precisam da junção dos dois elementos  
537 para uma avaliação criteriosa. O Sr. Roosevelt Fernandes/ONG Sinhá Laurinha faz  
538 comentários fica inegável o trabalho meritório que a AGERH vem fazendo essa apresentação  
539 mostra isso da interação da AGERH com usuário que diz a respeito do instrumento de outorga  
540 é muito bom a consistência de um processo tem a ver com a governança parte da governança  
541 que diz respeito da outorga e do relacionamento da AGERH com esses usuários outro  
542 destaque muito importante que ficou esquecido não o motivo no dia 18 de junho de 2018 as  
543 entidades da sociedade civil protocolizaram uma proposta de resolução que visava maior  
544 interação, maior conhecimento por parte dos conselheiros do CERH do andamento da evolução  
545 do processo de concessão de outorgas pela AGERH que são coisas diferentes a relação da  
546 AGERH com conselheiros do CERH nessa resolução era feito uma série de proposição de  
547 informações que deveriam está sendo periodicamente e de forma condensada sendo passadas  
548 para os conselheiros do CERH esse processo de concessão de outorga na época que  
549 documento foi feito havia até assertivas que até extremamente curiosas achavam que não era  
550 válida falavam na época em junho de 2018 que alguns locais concessões feitas eram  
551 superiores a quantidade de água disponível por isso de moda a sacramentar essas fake News  
552 ao invés de ajudar complicam que foi feito essa proposição dessa resolução quer solicitar o  
553 presidente do conselho que faça com a máxima rapidez possível a tramitação dessas proposta  
554 de resolução de controle da gestão por parte do CERH do processo de concessão de outorga  
555 pela AGERH quando tomarem conhecimento do pedido vão ver que há todo um ritual que vai  
556 ajudar muito os conselheiros a entender o processo de concessão das outorgas pela AGERH  
557 precisa com a mesma velocidade com que há interação AGERH usuários uma interação de  
558 conhecimento, o conhecimento propicia melhores elementos para participar das discursões da  
559 relação AGERH conselheiros de CERH, a Presidente Secretaria Executiva Sr.<sup>a</sup> Cintia Candido  
560 reitera a fala que existe esse processo estava na CTIL a única reunião que teve da CTIL os  
561 conselheiros solicitaram um parecer do órgão gestor esse processo retornou para AGERH a  
562 equipe está finalizando o parecer para devolver está aguardando para pautar novamente ele  
563 foi pautado em 2018 em algumas câmaras técnicas mais ele não foi finalizado análise conforme  
564 Sr. Roosevelt Fernandes explanou será registrado a fala em ata e será anotado a solicitação

565 do Sr. Roosevelt e será feito o encaminhamento mais rápido possível. O Sr. Roosevelt  
566 Fernandes/ONG Sinhá Laurinha diz que não vai querer transformar em um levantamento de  
567 coisas que estão parado dois anos uma discursão desse nível não ter sido colocado em  
568 discursão porque alguma coisa não andou bem existem outro documento que foram  
569 protocolizados, programa estadual de barragem uma série de coisas denúncias do banco  
570 mundial do passado que resolveu talvez por opção pessoal que não diz respeito da gestão  
571 atual que o passado achou melhor se calar ou seja se eu não digo o que aconteceu de errado  
572 não há nada de errado existe alguns requerimentos que deveriam ser colocado em discursão  
573 logo se para fazer a coisa transparente que seja transparente, finaliza passa para o próximo  
574 ponto.

575  
576 **PONTO VI - COMUNICADO SOBRE A PRORROGAÇÃO DE MANDATO DE**  
577 **DIRETORIA DOS CBHS EM CUMPRIMENTO A RESOLUÇÃO CERH Nº 003 DE 23**  
578 **JUNHO DE 2020.**

579 A Presidente Secretaria Executiva Sr.<sup>a</sup> Cintia Candido M. Laures passa a palavra para o  
580 coordenador técnico Eder Mendonça o CBH Rio São Mateus enviou através do protocolo  
581 n.º2020-C3C8M do dia 27/08/2020 uma solicitação de prorrogação de mandato diante da  
582 pandemia do COVID 19 que estamos passando com intuito de minimizar as aglomerações e  
583 as infecções e não atrapalhar o trabalho e a gestão dos CBHs o conselho estadual de recursos  
584 hídricos autorizou através da Resolução nº 003 de 2020 a prorrogação dos mandatos nas  
585 diretorias no CBHs sendo assim o comitê de bacia hidrográfica Rio São Mateus vem comunicar  
586 essa plenária do CERH que prorrogou por mais um ano de mandato da diretoria, informando a  
587 plenária levando para conhecimento de todos, passa para o próximo ponto.

588  
589 **PONTO VII- ASSUNTOS GERAIS.**

590 A Presidente Secretaria Executiva Sr.<sup>a</sup> Cintia Candido M. Laures passa a palavra para Sr. Fábio  
591 Ahnert e Sr.<sup>a</sup> Mônica Amorim achou a reunião muito importante e o conselho é isso mesmo são  
592 visões diferentes elas tornam o processo cada vez mais rico e faz conseguir avançar mais só  
593 reafirmando da parte da AGERH que tem total interesse pegando um pouco da colocação de  
594 Roosevelt com relação àquela resolução o que está sendo proposto para acelerar o processo  
595 usando um mecanismo continuo e frequente do conselho acompanhar os instrumentos que já  
596 estão em fundamento no estado esse regulamento de outorga já conseguiram agregar um  
597 pouco mais de tecnologia e ele não é difícil criar um mecanismo para compartilhar relatório de  
598 forma mais sistemática com frequência mais recorrente para que o conselho acompanha as  
599 emissões de outorgas, as vazões outorgadas, a distribuição de percentual por setores de  
600 usuários, por bacia hidrográfica nível de comprometimento esses são relatórios que com  
601 agregação de tecnologia que fizeram não são difícil de fazer e tem o compromisso da AGERH  
602 de acelerar mais esse processo, passa a palavra para Sr.<sup>a</sup> Mônica Amorim é de conhecimento  
603 de todos que já tem aprovado desde 2018 plano estadual de recursos hídricos a implementação  
604 das ações do PERH que faz parte do planejamento estratégico do governo do estado e tem  
605 trabalhado no sentido tanto na elaboração do manual operativo do PERH e de estratégia de  
606 articulação e pactuação para buscar viabilizar a implementação das metas com relação os  
607 planos de bacia hidrográficas das 14 bacias por comitês de bacia hoje 13 já possui plano de  
608 recursos hídricos já elaborados dessas 08 tem tanto plano de recursos hídricos quanto  
609 enquadramento elaborados a última bacia a ter esses dois instrumentos prontos é a região  
610 litoral Centro Norte que o plano e o enquadramento serão concluídos em dezembro desse ano  
611 a partir de dezembro o estado tem tanto um planejamento no âmbito estadual que é o PERH  
612 quanto planejamentos da bacia hidrográficas concluídas valem que as bacias efluentes do rio  
613 doce elas estão no processo de revisão do plano e nessa revisão será elaborado o instrumento  
614 de enquadramento para os rios efluentes doce a previsão dos estudos são de doze meses  
615 provavelmente no ano que vem mais tardar em 2022 ainda tem a cobertura do doce com  
616 enquadramento é importante essa integração que o Sr. Fábio Ahnert mencionou que os  
617 instrumentos porque tem nos recursos hídricos eixos ou componentes que diz a respeito de  
618 sistema de gestão e que estão associados a aperfeiçoamento da gestão são ações, metas,  
619 programas que tem relação com instrumento de gestão é o plano, enquadramento, a outorga,  
620 a cobrança, o sistema de informação tudo isso faz parte dos planos de recursos hídricos como  
621 foi solicitado é só um panorama caso considerem pertinentes pode fazer na próxima reunião  
622 fazer uma apresentação mais detalhada a respeito dessa situação o que tem trabalhado na  
623 AGERH são estratégias que visam facilitar as ações a implantação dos planos uma delas é o  
624 manual operativo e caminhos alternativos tem o conhecimento que o recurso da cobrança paga  
625 parte das ações do plano não todas as ações do plano tem trabalhado no âmbito de um projeto

626 de pesquisa com propostas de articulação e pactuação visando a implementação de algumas  
627 metas e está ainda em andamento foi apresentado na reunião anterior do CERH esse estudo  
628 que está ainda sendo realizado finaliza. O Sr. Antônio Sérgio/UFES fala que fez  
629 questionamento no sentido que os planos foram aprovados o que está evoluído qual o marco  
630 zero da implementação exemplo Jucu em Santa Maria é um enquadramento de plano ele tem  
631 um programa chamado gestão de recursos hídricos e um subprograma acompanhamento de  
632 processo de implementação de plano e uma ações dele para criação implementação de  
633 sistema de gerenciamento das ações do plano e uma alteração de banco de dados o primeiro  
634 sistema de gerenciamento pelo vinte anos começando no ano um essa criação desse sistema  
635 de gerenciamento já foi feita está em andamento ou está planejada como está sendo visto essa  
636 implementação de gerenciamento para acompanhar as ações do plano, Sr.<sup>a</sup> Maria  
637 Helena/CESAN fala esse sistema ele entra em um projeto que AGERH está elaborando um  
638 novo projeto que estão elaborando com a perspectiva iniciar no início do ano que vem que dele  
639 consta a implantação de um sistema onde vão ser inserida as metas dos planos começando  
640 com as de curtos prazos e aquelas que fazem parte do manual operativo para  
641 acompanhamento e monitoramento da implementação das ações Sr.<sup>a</sup> Maria Helena/CESAN  
642 fala parabeniza pela apresentação é um desafio concluir os planos de bacia de enquadramento  
643 para todas as bacias, fazer uma apresentação como está a implementação do enquadramento  
644 de todas as bacias. O Sr. Roosevelt Fernandes/ONG Sinhá Laurinha pede para que fica  
645 registrado em Ata para que nas próximas reuniões a formação das pautas das reuniões do  
646 conselho levassem em consideração equilíbrio entre passado e futuro que não coloca nas  
647 pautas assuntos que são pertinente e que são de interesse de hoje mais que as pendencias  
648 de requerimento protocolizados e esquecidos no passado sejam colocados em igualdade  
649 condição no mínimo para cada assunto novo meritório que tenha um anterior meritório não  
650 pode só está analisando o futuro deixando para depois o passado tem que haver equilíbrio na  
651 formação da pauta dos assuntos novos, dos assuntos requeridos e não atendidos. O Sr. Élio  
652 Castro/ ONG Sinhá Laurinha faz um resumo considerando o que foi tratado sobre o debate é  
653 democrático é natural e não leva impossibilidade para outro caminho, sobre a vaga que tem do  
654 primeiro suplente no CERH nessa nova conformidade do conselho nacional de recursos  
655 hídricos criada pelo atual governo e as discussões elas se envolveram nesse ano coma  
656 questão da pandemia, realização de reunião por videoconferência, prorrogação de mandatos,  
657 discursão que estava no congresso nacional sobre a questão de saneamento, a suspensão da  
658 emissão dos boletos de cobrança das bacias federais a pedido da confederação nacional das  
659 industrias qual era a demanda foi colocado nessas questões que foi colocado, incluir nas  
660 agendas ouvir os comitês de bacia hidrográficas são parte do sistema sobre as ações, as  
661 reuniões de videoconferência, incluir os fóruns capixaba, o fórum fazer uma reunião dia 29 as  
662 14 horas, discutir a implementação da cobrança no estado, presença dos comitês de bacia  
663 hidrográfica, AGERH e o Ministério Público Estadual, as discursões de recursos hídricos não  
664 pode ser somente técnica elas precisa ser política também o pacto na bacia é uma pacto  
665 político não é puramente técnico se não houver uma ação política esse pacto não vai funcionar.  
666 A Presidente Secretaria Executiva Sr.<sup>a</sup> Cintia Candido M. Laures faz apresentação da planilha,  
667 o Sr. Roosevelt Fernandes/ ONG Sinhá Laurinha faz um comentário que não está atualizada,  
668 a Presidente Secretaria Executiva Sr.<sup>a</sup> Cintia Candido M. Laures explica que a tabela foi  
669 herdada de outra administração foi um acordo feito anterior a 2019 e manteve alguns  
670 protocolos de 2017 e 2018 não estavam sendo alimentados na planilha tem outra planilha que  
671 consta é atualizada, vai conversar com o Presidente/ Secretário Fabrício Machado e  
672 encaminhar essa solicitação de atualização desses protocolos antigos que foram herdados e  
673 que não estão sendo contemplados na tabela.

Protocolo	Instituição	Ofício	Assunto	Status
2020 – C3E8M	CBH RIO SÃO MATEUS	05/2020	Comunica que sua diretoria prorrogou seu mandato por mais ano	Pautado na reunião do CERH do dia 20/10/2020

2020-21KMS8	CBH-ITAUNAS	003/2020	Encaminha composição da diretoria Biênio 02/2019 a 02/2021	Pautado na reunião do CERH do dia 20/10/2020
016980/2019	CBH SMV	015/2019	Encaminha Deliberação N.º 005/2019 – Cria grupo de trabalho para reforma do regimento interno.	Pautado na reunião do CERH do dia 20/10/2020
86070126	ONG SINHA LAURINHA		Resolução CERH objetivo a exigência de apresentação de relatório trimestrais voltados ao aprimoramento do processo de acompanhamento e controle de recursos financeiros do FUNNDAGUA.	COORDENAÇÃO JURÍDICA
2020-PQ7H5	CBH GUANDU	007/2020	Encaminha composição da Diretoria Biênio 2017 a 2020	COORDENAÇÃO TÉCNICA
00040/2020 Formalizado processo 88294315	CBH Santa Maria da Vitória	017/2019	Deliberação N.º 008/2017 do CBH – Santa da Vitória – minuta de decreto que substitui o decreto 1937-R e dá outras providências.	AGERH
88912051	CBH SÃO MATEUS		Plano de Bacia e Enquadramento.	AGERH
0005798/19 Formalizado processo 85511846	ONG SINHA LAURINHA		Proposta de alteração regimento interno do CERH	Análise Coordenação Técnica
016784/2019	ASSOCIAÇÃO CANÁRIO DA SENZALA/RONALDO FELICIANO DOS SANTOS MEMBRO DO CBBH RIO ITAUNAS	E-mail Juntos SOS ES Ambiental	Requer inclusão na pauta do CERH debates sobre os processos de terceirização dos serviços de saneamento municipal de estado e dentre os processos a base da minuta apresentada para a população de Pedro canário ES.	Análise Coordenação Técnica
06199/2019	ONG SINHA LAURINHA		Solicitada adequação dos regimentos internos do COSEMA e CERH frente a regulamentação da realização de reuniões conjuntas dos conselhos e câmaras técnicas	Protocolo anexado 85511846 Coordenação Técnica
009512/2019	CBH ITAUNAS	008/2019	Solicita esclarecimentos acerca da RESOLUÇÃO CERH N.º 002/2016	FINALIZADO
015399/19	ONG SINHA LAURINHA ROOSEVELT		Solicita revisão geral do REGIMENTO INTERNO DO CERH	Protocolo anexado ao processo 85511846 Coordenação Técnica (Análise)
16132/2019 Formalizado Processo 88019675	SINHA LAURINHA		Encaminha reportagem do jornal A Gazeta referente ao programa Estadual de Construção de Barragens e solicita esclarecimentos.	Encaminhado para AGERH – Gerencia de Gestão de Infraestrutura Hídrica

674  
675  
676  
677  
678  
679  
680  
681  
682  
683

## PONTO VIII - ENCERRAMENTO

Não havendo mais assunto a presidente encerra a reunião agradecendo a presença de todos.

Em 20/10/2020.

**FABRÍCIO HÉRICK MACHADO**  
Presidente do CERH